



# Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Ceará

Av. Santos Dumont, 905 - Sala 06 - Térreo - Aldeota - Fortaleza-CE - CEP: 60150-160

Fone/Fax: (0\*\*85) 3221.36.56 - E-mail: [sinfarce@pop.com.br](mailto:sinfarce@pop.com.br)

Fundado em 05 de junho de 1938 - Carta Sindical em 28 de abril de 1942



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si celebram de um lado o SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DO CEARÁ - SINCOFARMA, entidade com sede na Rua do Rosário, 77 - 8º Andar - Centro, Fortaleza/CE, e de outro lado o SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS NO ESTADO DO CEARÁ - SINFARCE, entidade sindical com sede na Avenida Santos Dumont, 905 Sala 06, Térreo - Aldeota, Fortaleza-CE, devidamente autorizado pela assembléia geral convocada e realizada de conformidade com as normas estatutárias e com observância da legislação em vigor, através de seus representantes legais, abaixo-assinados, firmam a presente convenção coletiva, mediante as cláusulas, condições e obrigações seguintes:

## CLÁUSULA 1ª: PRAZO DE VALIDADE

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 01 (um) ano, com início em 1º de Janeiro de 2005 e término em 31 de Dezembro de 2005, estabelecendo a data base de negociações coletivas dos profissionais farmacêuticos abrangidos pelo presente pacto laboral para 1º de janeiro.

## CLÁUSULA 2ª: ABRANGÊNCIA

A presente convenção aplica-se às relações de trabalho existentes, ou que venham a existir independentemente de sindicalização, entre os profissionais farmacêuticos localizados no Estado do Ceará e os estabelecimentos abrangidos pelo sindicato laboral.

## CLÁUSULA 3ª: PISO SALARIAL

Fica estabelecido um piso salarial mínimo para a categoria profissional equivalente, em moeda corrente, a R\$ 1.050,00 (hum mil e cinqüenta reais), para uma jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais trabalhadas de segunda a sábado. E piso salarial de R\$ 1.420,00 (hum mil quatrocentos e vinte reais), para uma jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais trabalhadas de segunda a sábado. A quaisquer jornadas de trabalho, deverá ser registrada em folha de pagamento ou similar, bem como na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) do empregado.

§ ÚNICO: As empresas que possuem política própria baseada no pagamento de comissão obrigam-se a pagar também ao profissional farmacêutico, sempre que o mesmo realizar vendas, devendo o valor da comissão incorporar-se ao salário para todos os fins.

#### **CLÁUSULA 4ª: REAJUSTE SALARIAL**

Os farmacêuticos abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho terão, em 01 de janeiro de 2005, reajuste salarial de 7,5% (sete e meio por cento), aplicado sobre os salários de todos os profissionais independentemente de faixa salarial, deduzidos os reajustes automáticos e espontâneos.

§ 1º: Fica estabelecido, especificamente para os Empreendimentos Pague Menos S/A, 7,5% (sete e meio por cento) a título de reajuste salarial incidente sobre o piso da categoria de 2004 de seus Farmacêuticos registrados no Conselho Regional de Farmácia do Ceará, para vigorar no ano de 2005, conforme cláusula primeira.

§ 2º: Fica também estabelecido que a remuneração mínima não pode ser inferior ao piso da categoria, que é de R\$1.050,00 (hum mil e cinqüenta reais), haja vista que os Empreendimentos Pague Menos S/A tem forma de remuneração de um fixo mais produtividade.

#### **CLÁUSULA 5ª: ADICIONAL NOTURNO**

Fica acordado que o trabalho realizado no período de 22:00 às 05:00 horas do dia seguinte será majorado em 20% (vinte por cento) por tratar-se de período noturno.

#### **CLÁUSULA 6ª: PROMOÇÃO / ACÚMULO DE CARGOS**

Toda alteração de cargo ou função, definida pela empresa como promoção, será acompanhada de aumento salarial efetivo de no mínimo 10% (dez por cento), garantindo este aumento a partir do 1º (primeiro) dia do mês em que a promoção ocorrer, respeitando-se sempre o salário do cargo ou função para a qual o farmacêutico foi promovido.

§ 1º: O 'caput' desta cláusula não se aplica às empresas que possuem planos de cargos e salários.

§ 2º: De acordo com a política da empresa, incorporar-se-á ao salário do farmacêutico o salário de gerente.

#### **CLÁUSULA 7ª: ADICIONAL DE HORAS EXTRAS**

Fica assegurado que o trabalho realizado em horário extraordinário em dias normais será remunerado com acréscimo de 50% (cinqüenta por cento). O número de horas suplementar realizada não poderá exceder a (02) duas por dia

§ ÚNICO: No caso do trabalho extraordinário realizado em domingos e feriados o acréscimo será de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal trabalhada.





### **CLÁUSULA 8ª: SEGURO DE VIDA**

As empresas, com mais de 10 (dez) farmacêuticos serão obrigadas a efetuarem seguro de vida, em favor do profissional farmacêutico e seus dependentes previdenciários, para garantir a indenização nos casos de morte ou invalidez permanente, decorrente de assalto consumado ou não, desde que o empregado se encontre no exercício de sua função.

### **CLÁUSULA 9ª: GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO**

Fica estabelecido um adicional de titulação no valor de 10% (dez por cento) do piso salarial da categoria, a todo trabalhador que concluir curso de pós-graduação ou obtiver título de especialista, mestrado, doutorado ou afim, não acumulativo e desde que atue na área relacionada à saúde, economia ou administração.

### **CLAUSULA 10ª: CONTRATOS COM JORNADA INFERIOR A 36 HORAS SEMANAIS**

Para os contratos de trabalho com jornada inferior a 36 (trinta e seis) horas semanais, anteriores a homologação da presente Convenção Coletiva de Trabalho, serão garantidos o pagamento de salários inferiores ao piso salarial convencionado, até a rescisão de contrato do mesmo. Após a homologação da rescisão de contrato, a empresa deverá contratar um profissional, adequando-o a cláusula terceira desta convenção.

### **CLÁUSULA 11ª: ESPECIFICAÇÃO DA FUNÇÃO FARMACÊUTICA**

Sugere-se a empresa que o profissional farmacêutico terá condições satisfatórias para executar as exigências legais previstas na Portaria 344/98, dentro do local de trabalho.

### **CLÁUSULA 12ª: ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO**

Para as empresas, serão reconhecidos os atestados médicos e odontológicos fornecidos por médico e dentistas devidamente registrados nos seus respectivos Conselhos de Classe.

### **CLÁUSULA 13ª: EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS / DEMISSIONAIS**

Os exames médicos admissionais e demissionais de empregados serão sempre custeados pelas empresas.

### **CLÁUSULA 14ª: CONVÊNIO MÉDICO / DESCONTO VEDACÃO**

Fica vedado o desconto de contribuição para convênio médico, salvo expressa concordância dos empregados.



### **CLÁUSULA 15ª: DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

O farmacêutico demitido sem justa causa, fica dispensado do cumprimento do aviso prévio, desde que comprove a obtenção de novo emprego, mediante simples carta da nova empregadora.

§ Único: alteração durante o aviso prévio - vedação – indenização: Durante o prazo de aviso prévio, fica vedada a alteração das condições de trabalho e/ou transferência do farmacêutico do local de trabalho, sob pena de rescisão imediata e indenização de 01 (um) mês de salário.

### **CLÁUSULA 16ª: CONTRATO DE EXPERIÊNCIA:**

O contrato de experiência previsto no parágrafo único do art. 455 da CLT será celebrado observando-se período máximo de 90 (noventa) dias, não se admitindo prorrogação. Em caso de readmissão, fica abolido o contrato de experiência.

### **CLÁUSULA 17ª: USO DE UNIFORMES**

Quando o uso de uniformes for exigido pelas empresas, ficam estas obrigadas a fornecer gratuitamente aos empregados 02 (duas) unidades de roupa de 06 (seis) em 06 (seis) meses, respondendo o empregado pelas reposições em caso de extravio ou mau uso, devidamente comprovado.

### **CLÁUSULA 18ª: FALECIMENTO DE SOGRO / SOGRA, GENRO / NORA**

No caso de falecimento de sogro ou sogra, genro ou nora, o farmacêutico terá direito de faltar 01 (um) dia ao serviço, sem prejuízo da remuneração.

### **CLÁUSULA 19ª: FALECIMENTO DE CÔNJUGE, PAIS OU FILHOS**

No caso de falecimento do (a) cônjuge ou companheiro (a) ou respectivos pais ou filhos, o farmacêutico terá direito a ausentar-se do trabalho por 03 (três) dias, sem prejuízo da remuneração.

### **CLÁUSULA 20ª: CASAMENTO – AUSÊNCIAS**

O farmacêutico poderá deixar de comparecer ao trabalho até 06 (seis) dias consecutivos, após o seu casamento podendo o empregador descontar o valor de 03 (três) dias quando da concessão das férias, utilizando-se para tanto do salário relativo as férias desde que comunicado com antecedência.

### **CLÁUSULA 21ª: AUSÊNCIA JUSTIFICADA**

O farmacêutico que necessite acompanhar seus filhos menores de 14 (quatorze) anos, inválidos ou dependentes previdenciários às consultas médicas, não sofrerá desconto em sua remuneração, desde que forneça a empresa o respectivo atestado médico, limitando-se essa condição, no máximo 02 (dois) dias por mês.

### **CLÁUSULA 22ª: ANOTAÇÃO NA CTPS**

Será registrado na carteira de trabalho do funcionário, o período em que o profissional for designado para exercer cargo de chefia ou supervisão, bem como as suas anotações de gratificações e outras vantagens decorrentes do exercício da função.

§ Único: O empregador obriga-se a anotar na CTPS do empregado, o percentual das comissões a que o mesmo faz jus.

### **CLÁUSULA 23ª: ABONO DE FALTAS**

As faltas ao serviço para prestação de provas ou avaliações dos farmacêuticos que freqüentem cursos de especialização, habilitação, extensão universitárias, pós-graduação, congressos e seminários, fórum, simpósio ou provas de concurso público, serão abonadas quando comunicadas à empresa com 48 horas de antecedência;

### **CLÁUSULA 24ª: DIA DO FARMACÊUTICO**

Em homenagem ao Dia do Farmacêutico, 20 de Janeiro, será concedido aos farmacêuticos pelas empresas, abono de (01) uma folga, sem prejuízo de sua remuneração.

§ ÚNICO: Exceto os farmacêuticos que exerçam a função de gerência.

### **CLÁUSULA 25ª: COMPROVANTES DE PAGAMENTO**

As empresas deverão fornecer aos empregados o comprovante de pagamento dos salários, que contenha a identificação da mesma e a discriminação das parcelas pagas e descontos efetuados, destacando o valor do recolhimento do FGTS.

### **CLÁUSULA 26ª: QUADRO DE AVISOS**

As empresas manterão a disposição do sindicato profissional, quadro de avisos para afixação de comunicados de interesse dos empregados.

### **CLÁUSULA 27ª: GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE**

A empregada gestante terá seu emprego garantido desde a concepção até 04(quatro) meses após o parto.

R f



## **CLÁUSULA 28ª: DA PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS OU FÓRUNS**

Membros da Diretoria Executiva do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Ceará (em no máximo 03), quando forem oficialmente convocados a participar de reuniões dos Conselhos ou Fóruns Nacional, Estadual ou Municipal de Saúde, em dias e horários coincidentes com os de trabalho, poderão solicitar ao empregador, sua liberação sem prejuízo de sua remuneração, mediante as seguintes condições:

- a) Que a solicitação seja feita com 02 (dois) dias de antecedência;
- b) Que a liberação seja no máximo de 02 (dois) por estabelecimento;
- c) Que o empregado, membro da Diretoria Executiva do Sindicato, comprove formalmente a sua convocação à referida reunião do Conselho ou Fórum.

## **CLÁUSULA 29ª: FONTE DE PESQUISA**

Sugere-se que as empresas mantenham, em cada estabelecimento de comercialização de medicamentos, visando o melhor desempenho das atividades do profissional farmacêutico, uma fonte de pesquisa composta, no mínimo, pelas seguintes obras ou similares:

1. Farmacopéia Brasileira
2. As Bases Farmacológicas da Terapêutica
3. Dicionário Terapêutico Guanabara
4. Merck Index
5. The Extra Pharmacopeia
6. Diagnóstico e Tratamento
7. Medicina Interna
8. Dicionário de Especialidades Farmacêuticas – D.E.F
9. Dicionário de Termos Médicos.

## **CLÁUSULA 30ª: FORO COMPETENTE**

As controvérsias porventura resultantes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas em Fortaleza-Ceará, se antes não forem solucionadas pelas partes convenientes.

## **CLÁUSULA 31ª: DESCONTO ASSISTENCIAL**

Os empregadores descontarão obrigatoriamente dos profissionais representados pelo sindicato laboral, associados ou não, de uma só vez e quando do primeiro pagamento dos salários reajustados, a porcentagem do reajuste salarial (7,5%) sobre o piso salarial, a título de contribuição assistencial, devendo a referida importância ser recolhida através de boleto da Caixa Econômica Federal, emitido pelo Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Ceará, até 30 (trinta) dias após a homologação desta convenção.

§ 1º: No caso, do empregado perceber salário superior ao piso da categoria, servirá de valor referência, para cálculo do desconto assistencial, o piso salarial estipulado na presente Convenção.

§ 2º: O empregado que desejar opor-se ao desconto previsto no caput acima deverá fazê-lo, através de carta de próprio punho que deverá ser entregue ao sindicato da categoria profissional até o 10º (décimo) dia após o desconto.

§ 3º: O empregador terá 10 (dez) dias úteis para efetuar o pagamento ao sindicato laboral após o desconto, apresentando a relação de empregados e o valor descontado por correspondência ou pelo fax: (0\*\*85) 3221-3656 com carimbo do CGC da empresa.

§ 4º: O empregador terá que comprovar o recolhimento do desconto assistencial, dos últimos 03 (três) anos, a cada vez que for rescindir o contrato de trabalho com o farmacêutico.



**CLÁUSULA 32ª: DA MULTA POR VIOLAÇÃO**

Na hipótese de violação de qualquer cláusula desta Convenção Coletiva de Trabalho, ficam as partes acordadas, que deram causa a violação sujeita a multa igual a 10% (dez por cento) do piso salarial, por cada empregado farmacêutico prejudicado, revestida a favor do Sindicato da Categoria Profissional, ou de 01 (um) piso salarial em caso de prejuízo direto do Sindicato Profissional.

§1º: Os valores e percentuais estabelecidos nesta Convenção deverão ser pagos retroativos à 1º de janeiro de 2.005, a partir da homologação junto à DRT.

E por estarem justas e convencionadas, as partes, por seus representantes legais, assinam a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, em 06 (seis) vias de igual teor e forma para que surta os legais e jurídicos efeitos.

Fortaleza, 08 de março de 2005.

*Flávio Nogueira da Costa*  
Dr. Flávio Nogueira da Costa  
Presidente do SINFARCE

**Flávio Nogueira da Costa**  
Presidente

*Maurício Cavalcante Filizola*  
Dr. Maurício Cavalcante Filizola  
Presidente do SINCOFARMA

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO CEARÁ

Nos termos do artigo 614, da CLT, defiro o pedido de depósito da presente Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho/Alterações constante do processo Nº 46205.003635/2005-86

Registrado e Arquivado na DRT/CE sob o nº 4342

Livro 011 Folha 10

Fortaleza, 08 / 09 / 05

(nome, cargo, matrícula e assinatura) *Raimundo Norato T. Xavier*  
Data do Protocolo de depósito 05 / 09 / 2005

SECRETARIA DRT/CE